

BNCC: ALGUNS QUESTIONAMENTOS E RELEVÂNCIAS

Marcos Sergio Silva da Silva
UFPA - pr.marcosergio@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O currículo escolar sempre foi um campo disputa e de poder dentro das escolas, pois cada pessoa almeja ter o seu posicionamento sobre os campos de influencias, seja dentro da escola ou fora dela para que assim possam tentar melhorar a educação dentro da mesma. Com a implantação de um currículo nacional comum para o ensino fundamental e ensino médio, onde de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), está definira 60% dos conteúdos a serem expostos e deixando os outros 40% para as especificidades de cada região.

Com isso faremos uma análise crítica sobre a BNCC (2016), onde pretendemos expor quem são os sujeitos que estão por trás da sua elaboração, e qual é o seu propósito para a educação, após essa analise entraremos com o nosso posicionamento sobre a mesma dando a nossa opinião.

A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017, p.07): “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Tem o objetivo de regulamentar o que é fundamental para ser ensinado, como as instituições de educação básica devem desenhar o currículo; ou seja, todas as instituições da educação básica devem construir seus currículos, semelhantemente, durante todo o processo educacional da educação básica.

Mais em que momento surge à necessidade de uma base curricular, para que todas as escolas possam construir seus currículos escolares? Qual é o objetivo de se ter uma semelhança nos currículos escolares num país tão multicultural e diverso como o Brasil? Em relação ao primeiro questionamento, é necessário olhar para a Constituição Federal (CF), nos artigos 210 e 211; e para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nos artigos 8, 9 e 26; pois determinam que a organização dos sistemas de ensino deva ser em regime colaboração, competindo a União, entre outras competências, a função normativa, regulando desta forma os sistemas de ensino estaduais e municipais.

O segundo questionamento começa a ser respondido a partir da década de 2010, quando a sociedade civil, com o intuito de fomentar a qualidade da educação básica pública, auxiliando o governo a desenvolver projetos e programas para a melhoria do ensino no país, se organizou num movimento denominado “Todos pela Educação”. O “Todos pela Educação” é uma Organização Não Governamental (ONG), fundada no ano de 2006, segundo o próprio site, que traz e sem discurso: 5 metas, 5 bandeiras e 5 atitudes. Ainda conforme o site é uma ONG sem fins lucrativos, supartidária e plural - formada por gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e pessoas ou organizações sociais.

“TODOS PELA EDUCAÇÃO”

A página da ONG deixa claro que o movimento atua estruturado em três frentes de trabalho: Políticas Educacionais; Comunicação; Articulação e Mobilização; para que até 2030, a missão de contribuir para o que o país garanta educação básica pública de qualidade para todas as crianças e jovens.

O que leva a sociedade a se organizar para a melhoria da educação básica pública, no país, é os “baixos resultados” evidenciados pelos sistemas oficiais de avaliação de ensino, da educação básica pública, indicadores de da qualidade de ensino, em algumas regiões do Brasil. Os “baixos resultados” obtidos por milhões de alunos brasileiros, nas últimas décadas, comprovavam que o ensino público brasileiro precisaria passar por profundas mudanças. Pois os alunos egressos das escolas públicas, principalmente os das regiões de baixo

rendimento escolar, não estavam qualificados, ou aptos, para ingressarem no mercado de trabalho.

É a partir com esse olhar, de “preocupação” com a formação escolar, ou melhor, instrucional, dos jovens brasileiros que surge o movimento “Todos pela Educação”, que articulado com a União, busca criar meios que elevem a qualidade da educação básica, como as mudanças ocorridas no Ensino Médio e na construção de uma base curricular, para que as regiões de “baixos resultados” atingissem melhorias na formação de seus jovens. Ou seja, os conteúdos que baseiam o currículo das regiões de melhores resultados, tornariam os alicerces das de baixos resultados.

Considerando que a LDBEN previa a elaboração de uma base nacional comum, que agora a sociedade civil organizada, na pessoa da OGN Todos pela Educação, exigia a construção de uma base nacional comum para que a melhoria do ensino básico público ocorresse, e permitindo que os egressos das instituições de ensino público, sejam preparados para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como preveem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Contudo encontra a resistências de educadores por todo o país. Qual o motivo da objeção se é a sociedade organizada que quer uma base nacional comum?

Esta resposta é obtida quando se entram na composição da ONG Todos pela Educação, que é plural. Já que ao pesquisar cada membro que forma o conselho de governança – presidente e conselho fundadores, conselho fiscal, equipe executiva entre outro, nota-se que a OGN é constituída por empresários, de diversos ramos: da indústria siderúrgica à de cosméticos; de banqueiros a empresários do ramo educacional, como também políticos ligados às empresas educacionais.

E a partir desta resistência que surge em 2013, “O Movimento pela Base Nacional Comum”, grupo não governamental, organizado por de profissionais da educação, cujo foco é facilitar a construção base nacional comum, através de debates, a para que esta base atenta a todos. Apesar de ser composta por profissionais da educação, e não por educadores do sistema público, nota-se que, ao consultar o site do grupo, o mesmo é mantido por diversas empresas do ramo da educação, por bancos privados, entre outros. Sendo que o principal embate, entre educadores e “O Movimento pela Base”, capitaneado

pelos empresários, dá-se em torno do currículo escolar, norteado pela base nacional comum curricular.

CONCLUSÃO

Ao longo da BNCC muito se fala em expandir a qualidade do sistema educacional brasileiro com equidade e garantia de acesso às aprendizagens. O problema é que tudo isso está vindo sem a contrapartida financeira, significando que a base precisa ser posta em prática a todo custo, não importando se o professor e a escola dispõem de recursos ideais para alcançar uma determinada meta. A diminuição do papel do professor e a homogeneização do ensino são algumas pautas a serem debatidas sobre esta BNCC.

O papel de ONGs como esta citada, tem fortalecido o comprometimento da esfera pública com o capital. Tão logo a organização do currículo voltada a este pode trazer prejuízos à sociedade nas questões sociais e na equidade. Fortalecer a luta por uma (caso seja aprovada) BNCC democrática que não solidifique 60% do conteúdo, mas expresse o sentimento comum da nação, deve ser o objetivo da comunidade científica e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 15/06/2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso: 16/06/2018

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Acesso: 16/06/2018.

Movimento pela Base Nacional Comum. Disponível em <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso: 18/06/2018.

Todos pela Educação. Disponível em

http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-faz/?tid_lang=1.

Acesso: 19/06/2018.